

Nesta edição

- Retrospectiva 2009 Pág.01
- Obama faz sua primeira visita à China e dá mais um passo para estreitar o relacionamento bilateral Pág.07
- Parceiros se beneficiam cada vez mais do mecanismo de Diálogo Estratégico com a China Pág.09
- China aprofunda relações com países africanos durante IV Conferência Ministerial da FOCAC Pág.11
- Série de artigos da *Dragonomics* sobre poupança na China Pág.13
- Artigo do escritório Bryan Cave discute revisão da Lei de Patentes chinesa Pág.17

Curtas

- Wisco fecha acordo com MMX e diversifica fornecimento de minério para China Pág.19
- Fim da restrição às importações de carne de porco dos Estados Unidos, México e Canadá pela China Pág.20
- China consolida presença no mercado de energia limpa norte-americano com diversos investimentos Pág.20
- GE forma *joint-venture* com chinesa AVIC apostando no futuro do mercado de aviação da China Pág.22
- SAIC passa a controlar *joint-venture* com a GM na China e estabelece presença na Índia Pág.22

Veja demais curtas

Leia mais

Carta da China 44

Editorial

Retrospectiva 2009

Conforme havíamos previsto na Carta da China publicada em janeiro de 2009 a China surpreendeu o mundo ao manter em 2009 sua economia em acelerado ritmo de crescimento. Em nosso artigo, apresentamos como fundamento essencial para garantia do crescimento a ação eficaz do governo para estimular investimentos em ativos fixos (FAI, na sigla em inglês), principalmente em infra-estrutura e construção imobiliária. Dessa forma, alertamos sobre a possibilidade de reversão da política macroeconômica do governo chinês em 2009 que, ao contrário do ocorrido em 2008 – quando as atenções estavam voltadas para o combate à inflação e os bancos foram orientados a reduzir significativamente volume de empréstimos – seria concentrada no estímulo ao crédito, expansão dos investimentos em infra-estrutura e na recuperação do setor imobiliário que estava em crise desde o final de 2007.

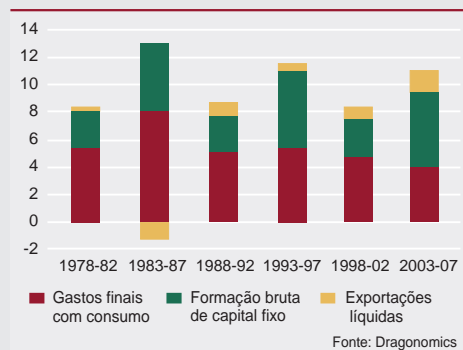
Considerando que nos últimos 30 anos (desde a abertura econômica do país asiático) FAI e consumo – incluindo consumo residencial, gastos do governo e de empresas – foram responsáveis por mais de 80% do crescimento do PIB da China e que a demanda externa por produtos chineses continuaria a despencar, o

instrumento mais eficaz para manter o crescimento somente poderia ser estímulo aos investimentos em construção e instalação. Seria impossível para o governo conseguir, repentinamente, estimular crescimento desenfreado do consumo no país asiático, ainda que tivesse adotado diversas medidas para estimular sua expansão, principalmente em zonas rurais. Não havia dúvida de que qualquer medida a ser adotada em 2009 para estimular o avanço do consumo não seria suficiente para manter expansão econômica do país no patamar “ideal” de 8%.

Dessa forma, execução de parte dos investimentos previstos no Pacote de Estímulo econômico para 2009 e 2010 resultou em aumento da contribuição do FAI de 4,1 p.p. do crescimento do PIB de 9,0% em 2008 para 7,3 p.p. do crescimento de 7,7% acumulado nos nove primeiros meses de 2009, estimulada por extraordinária expansão de novos empréstimos bancários – de 149,9% nos nove primeiros meses do ano –, associada a diversas políticas voltadas para a recuperação do setor imobiliário chinês.

Assim como em 2008, a China continuou no centro das atenções e expectativas no cenário mundial – ainda mais quando instituições sérias que analisam China estimaram no início do ano que crescimento do país despencaria em 2009 para cerca de 3% a 5% – e seu avanço econômico contribuiu para reduzir impactos da crise internacional, principalmente de forma significativa para economias emergentes exportadoras de *commodities*, em especial, o Brasil. Vale lembrar que não é a primeira vez que a China adota esse tipo de política voltada aos investimentos em construção e instalação, principalmente em infraestrutura, para manter sua economia acelerada. No entanto, existem sérios riscos que precisam ser mensurados caso o governo chinês mantenha o mesmo modelo e ritmo de expansão em 2010.

Contribuição ao crescimento do PIB chinês entre 1978 a 2007



Alguns analistas alertam para o alto índice de empréstimos não recuperáveis (NPL, na sigla em inglês) na China criados por esse modelo de expansão – estima-se que os NPL em 2008 representaram 11,71% do PIB e que esse cenário deve ser agravado em razão da política de estímulo de novos empréstimos que deverão equivaler a 30,92% do PIB de 2009. Portanto, especialistas como Victor Shih, professor assistente da Northwestern University, prevêem grave crise econômica no país no curto prazo,

principalmente em razão da redução na acumulação das reservas que o mesmo acredita que acontecerá já em 2010. Um dos motivos de tal desaceleração da acumulação das reservas seria adoção de severas políticas protecionistas ao redor do mundo. Ademais, muitos – até mesmo representantes de alto nível do governo chinês – alertam para risco de formação de bolhas no mercado imobiliário e nas bolsas de Xangai e Shenzhen.

Não acreditamos que esse cenário de grave crise econômica na China possa acontecer no curto prazo. Apesar do impressionante crescimento do endividamento interno da China, acumulação de reservas continuará exercendo papel importante na economia, mesmo considerando que redução do superávit comercial que já ocorreu em 2009, estimada em 31%, deverá ser mantida em 2010. Entretanto, é preciso acompanhar próximas medidas a serem tomadas pelo governo chinês para avaliar se Pequim continuará adotando modelo executado em 2009 com todos os riscos inerentes, ou se optará por aceitar uma suave desaceleração da economia, abaixo do crescimento “ideal” de 8% ao ano, ou mesmo usar instrumentos mais “audaciosos” como valorização da moeda.

Em 2009 a China continuou a dar sinais claros de que muito em breve se tornará grande investidor externo. Apesar de ter desacelerado no decorrer do ano, investimentos externos da China (IED chinês) acumularam US\$ 63 bilhões nos nove primeiros meses de 2009, superando total de IED chinês de 2008 de US\$ 52 bilhões. O avanço da presença chinesa em diversos países tem gerado reações negativas e protecionismo direto ou indireto por parte de governos dos países desenvolvidos. Como exemplo, destacamos operação de compra de maior participação acionária pela Chinalco na Rio Tinto, que foi frustrada em parte por receio do governo e da sociedade australiana quanto ao possível controle de estatal chinesa sobre ativos considerados estratégicos pelo país.

O crescimento econômico gera benefícios ao país asiático, com destaque para o fato de ser um dos maiores contribuidores para redução da pobreza no mundo, como também gera obrigações e responsabilidades que desafiam o governo de Pequim. A China encerrará 2009 na posição de terceira maior economia do mundo e deverá se tornar em 2010 a segunda maior, ultrapassando o Japão. Consequentemente, o mundo passou a cobrar participação mais ativa do país asiático em grandes questões que afetam o cenário internacional. O discurso de Pequim de que a China é um país em desenvolvimento começa a não mais ser admitido como razão para o não envolvimento em questões como aquecimento global, não proliferação de armamento nuclear, conflitos internos, genocídios na África, entre outros. Ao contrário do que vinha fazendo durante anos – usando seu poder de veto no Conselho de Segurança da ONU para impedir sanções contra parceiros – a China em 2009 votou a favor de resolução da Agência Internacional de Energia Atômica que requer congelamento do projeto secreto de enriquecimento de urânio do Irã. Isso representou avanço, mas ainda não significa que o governo chinês deixará de priorizar seus interesses econômicos e de manter sua política de não intervenção em assuntos internos dos países.

Faltando apenas 10 dias para o início da reunião de Copenhague, que antes mesmo de começar já estava sendo considerada como possível fracasso, Pequim surpreendeu ao anunciar compromisso voluntário de redução de emissão de gases um dia após o mesmo ter sido realizado por Washington. O compromisso assumido por Pequim significa reduzir sua dependência em carvão, uma vez que oferece redução voluntária do volume de gases de dióxido de carbono emitido por cada dólar gerado por seu Produto Interno Bruto.

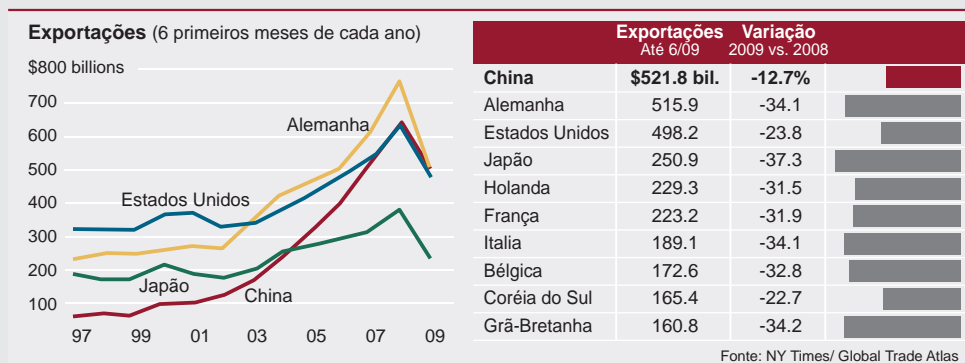
Dentre os desafios da política externa que se apresentaram para Pequim em 2009, talvez o mais importante tenha sido a expectativa quanto ao novo modelo de relacionamento com os Estados Unidos após a posse do governo Obama. No início do ano ainda havia dúvidas quanto à política que seria definida por Obama para o relacionamento com o país asiático. No primeiro mês de seu mandato, o Secretário de Tesouro norte-americano, Timothy Geithner, enviou relatório ao Senado afirmando “que o governo Obama acreditava que a China estaria manipulando sua moeda e que o Presidente usaria de todos os meios diplomáticos possíveis para pressionar Pequim a mudar sua política cambial”. Em seguida, em maio de 2009, a Secretária de Estado Hilary Clinton afirmou que “a presença econômica e política chinesa na América Latina seria bastante perturbadora” e que “iria de encontro aos interesses norte-americanos”. Apesar de toda tensão inicial, o governo Obama demonstrou forte comprometimento com manutenção de relacionamento positivo e cooperativo com a China. As diversas trocas de visitas de alto nível e, principalmente, mudança de atitude norte-americana – que tornou o diálogo com o país asiático mais equilibrado e deixou de adotar postura de superioridade – apontaram para nova fase no relacionamento.

Recente relatório publicado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), “2009 World Trade Report”, apresenta estimativa de que o comércio mundial deverá registrar queda de 10% em 2009 e a China deverá se tornar maior exportadora do mundo, ultrapassando a Alemanha. Em 2008 o país europeu manteve a primeira posição com exportações totalizando US\$ 1,465 trilhões, diferença de apenas US\$

37 bilhões do total exportado pela China. Segundo relatório da OMC, em 2009, enquanto a economia da União Européia continua declínio, países da Ásia se tornaram motor da recuperação do comércio internacional.

Pesquisa publicada pelo Global Trade Atlas e pelo jornal NY Times já indica que exportações chinesas ultrapassaram vendas para o exterior da Alemanha. O estudo ressalta que a crise internacional somente antecipou cenário aguardado por todos. A explicação é bastante simples: exportações chinesas registraram redução acentuada, porém, contração foi muito inferior a da Alemanha. Os dados do segundo semestre demonstram que, enquanto vendas da China declinaram 21,7%, exportações da Alemanha recuaram 34,1%.

China se torna maior exportador ao registrar menor queda



Mesmo se tornando a maior exportadora do mundo, a China adotou política de atrelamento do renminbi ao dólar, suspendendo ciclo de valorização da moeda chinesa. A medida iniciada em julho de 2008 com o objetivo de tentar reduzir os impactos da crise mundial na indústria exportadora chinesa, aprofundou discussões sobre dificuldade de competir com a indústria chinesa em 2009, uma vez que desvalorização do dólar norte-americano fortaleceu demais moedas, iniciando onda de protecionismo em diversos países do mundo.

Ao contrario do que muitos analistas previram, 2009, considerado pela organização internacional TYC (Tibetan Youth Congress) como o ano negro por marcar 60 anos de invasão chinesa no Tibet, bem como a importante data de 20 anos do massacre da Praça da Paz Celestial, não causou distúrbios ou mesmo manifestações significativas na China, tampouco recebeu destaque da imprensa internacional. O ano foi marcado, no entanto, por graves conflitos entre a minoria étnica mulçumana Uighur e a maioria Han na província de Xinjiang, causando mais de 150 mortes. A minoria étnica mulçumana Uighur vem ao longo do tempo sendo um problema sério para a China, inclusive em razão dos constantes ataques terroristas e por possível aliança com o grupo terrorista Al Qaeda. Ao mesmo tempo, acelerado crescimento da maioria Han na província de Xinjiang, que anteriormente era majoritariamente ocupada pelos mulçumanos Uighurs, aumenta ainda mais a tensão na região.

Outro acontecimento importante em 2009 foi a grandiosa comemoração dos 60 anos do Partido Comunista da China (PCC). A enorme e impressionante celebração, meticulosamente organizada sob liderança do vice-presidente chinês Xi Jinping, foi importante para demonstrar para a população chinesa avanços e mudanças conquistadas nos últimos 60 anos, além de reforçar sucesso do crescimento da China e de sua transformação em grande potência mundial, apesar de todos os problemas internos que ainda precisam ser superados. A parada, assistida por centenas de milhões de chineses pela televisão e acompanhada de perto por cerca de 30.000 convidados, contou com a apresentação centenas de tanques de guerra, 151 aeronaves militares, mais de 5.000 soldados marchando e



Leia mais

Carta da China 51

revelação de 52 novas tecnologias bélicas, incluindo veículos e aeronaves com avançado sistema de radar. Tudo isso para comprovar a ascensão da China como nova potência.

Em setembro de 2009, durante a 4ª Plenária do Comitê Central do Partido Comunista da China (CCPCC) – historicamente marcada por momentos de importante transformação como o lançamento das reformas econômicas de Deng Xiaoping – muitos especialistas em China ficaram desapontados com o fato de que Xi Jinping não foi indicado ao cargo de vice-presidente da Comissão Militar Central (CMC), principal órgão de comando e controle das Forças Armadas Chinesas. Este fato gerou suspeitas de possíveis divisões internas no Partido quanto ao processo de sucessão presidencial e ruptura do sistema político atual. No entanto, ainda é muito cedo para avaliar as causas para tal acontecimento, sobretudo porque Xi poderá ser indicado em outro momento, sem prejuízo ao processo sucessório. Ademais, processo de sucessão na China é demasiadamente obscuro, impossibilitando análises precisas sobre os acontecimentos e suas consequências. Mas vale ressaltar que o vice-presidente Xi Jinping continua sendo o mais cotado para suceder o presidente Hu Jintao.

Por fim, influência política e econômica da China continuou em 2009 a avançar velozmente. Ainda que o foco seja Ásia e África, alvo maior de ações diplomáticas e de investimentos, o governo chinês manteve intensa agenda em diversas partes do mundo, incluindo a América Latina. Centenas de visitas de alto nível geraram incontáveis acordos de financiamento, investimento, cooperação, entre outros. Somente o continente Africano recebeu recentemente a oferta de US\$ 10 bilhões em empréstimos. A estratégia de Pequim continua sendo assegurar o fornecimento estável de recursos naturais necessários ao seu crescimento. Nessa linha, em fevereiro de 2009, o Banco de Desenvolvimento da China acordou empréstimo de US\$ 25 bilhões com as petrolíferas estatais russas OAO Rosneft e OAO Transneft, assegurando o fornecimento de 15 milhões de toneladas de petróleo, ou seja, 300.000 barris por dia.

Quanto ao relacionamento sino-brasileiro, na área econômico-comercial avanços em 2009 continuaram surpreendentes. A China se tornou o maior parceiro comercial brasileiro, ultrapassando os Estados Unidos, que mantinham a primeira colocação por quase 80 anos. É claro que a crise internacional iniciada nos Estados Unidos afetou seriamente demanda deste país de produtos brasileiros, mas acreditamos que a crise somente antecipou algo que deveria ocorrer até 2012. A China foi o único país dentre os principais parceiros comerciais brasileiros para o qual as exportações continuaram apresentando crescimento significativo; até novembro de 2009 vendas para a China cresceram 20% e o Brasil deverá ter superávit próximo de US\$ 4 bilhões.

Em ano de crise e de queda do comércio internacional, a China contribui consideravelmente para as exportações brasileiras de produtos agrícolas e se tornou em 2009 o principal destino dos produtos deste setor. A concentração da pauta ainda é um grande desafio para o país, uma vez que soja em grãos representou quase 35% do volume total das exportações brasileiras. Ainda que vendas do setor agrícola brasileiro tenham sido novamente impulsionadas pela soja em 2009, outros produtos tiveram crescimento digno de destaque. O incremento da participação das vendas de açúcar na pauta para a China superou 300% e, de janeiro a novembro desse ano, as exportações somaram US\$ 59,8 milhões. Movimentando um valor um pouco menor, mas com crescimento de 122% aparece o algodão, cuja receita foi ampliada de US\$ 18,78 milhões para US\$ 41,34 milhões. O suco de laranja está conseguindo penetrar no mercado do país asiático e as vendas avançaram quase 9%, totalizando US\$ 53,14 milhões.

Considerando que não podemos somente ressaltar nossas vitórias e, apesar de termos acertado a previsão de reversão de déficit em 2009 e redução do fluxo de comércio em razão da queda da importação brasileira de máquinas e insumos

Leia mais

Carta da China 44

industriais, nossa estimativa quanto ao crescimento das exportações do Brasil para a China foram incorretas em razão do aumento do preço da soja no mercado internacional, além de não termos antecipado possível estratégia chinesa de estocagem do produto para aproveitar a queda de preços ocorrida no ano – as vendas de soja em valor sofreram acréscimo superior a 16% e totalizou mais de US\$ 6 bilhões, em volume o incremento foi de cerca de 35%. Com relação ao minério de ferro, não conseguimos avaliar o efetivo impacto do Pacote de Estímulo econômico da China no volume de compras do produto e estimamos crescimento em volume de somente 10%, enquanto as compras chinesas incrementaram cerca de 44% em volume.

O Brasil finalmente conseguiu em 2009 a esperada abertura do mercado chinês para carne de frango. As vendas de pedaços e miudezas de frango congelados, que somaram US\$ 8,0 milhões nos nove primeiros meses do ano – mais da metade do valor total de carnes exportadas para o país asiático neste período –, registraram aumento de 621% em relação ao ano anterior. Mas ainda falta a também sonhada abertura do mercado chinês de suínos, lembrando que a China comprou mais de US\$ 400 milhões do produto americano em 2008, e regularização de frigoríficos e de regiões habilitadas a exportar carne bovina para o país asiático.

Em razão da forte desaceleração da produção industrial brasileira, afetada pela crise mundial, as importações brasileiras oriundas da China registraram acentuado decréscimo de cerca de 22% – lembrando que a indústria brasileira é responsável por cerca de 75% do volume total de compras de produtos chineses –, e da manutenção da crescente demanda chinesa por *commodities*, o comércio bilateral em 2009 terminará com superávit para o Brasil próximo a US\$ 4 bilhões.

O ano também foi marcado por importante troca de visitas de alto nível, ainda que a frequência e a forma de diálogo com a China esteja muito longe do desejável pelo setor privado. O vice-presidente da China, Xi Jinping, veio ao Brasil em fevereiro de 2009, em missão a diversos países da América Latina, incluindo Jamaica, Colômbia e Venezuela. Ao mesmo tempo, o vice-primeiro-ministro Hui Liangyu teve encontros na Argentina, Equador, Barbados e Bahamas. As visitas objetivaram reforçar caráter estratégico da América Latina para a China e evidenciam interesse em fortalecer relações com a região por meio de investimentos e financiamentos. É bom lembrar que a visita ocorreu poucos meses após o ingresso da China no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e poucos meses após lançamento de política para América Latina (China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean).

Outro importante evento foi a missão de dois dias à China realizada pelo presidente Lula, acompanhado de pequena delegação empresarial. Durante a estada em Pequim, o presidente brasileiro reforçou a importância da relação sino-brasileira e da parceria dos dois países no G20. Em contrapartida, o presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), Jia Qinglin, veio ao Brasil em novembro de 2006, além de passar pelo Peru e Equador. A missão tinha como objetivo principal reforçar os laços da China com a América Latina. Em discurso proferido no Senado brasileiro, Jia reafirmou o interesse da China de estreitar laços com a região e ampliar o diálogo a fim de promover ganhos mútuos entre ambas as partes.

A representação diplomática brasileira na China, em especial a embaixada do Brasil em Pequim finalmente conseguiu sanar problema de atraso na emissão de vistos aos chineses para o Brasil, em especial, vistos de negócio que contribuem para o desenvolvimento de negócios entre empresários de ambos países. Ainda mais importante, a embaixada está liderando o projeto de elaboração de plano de trabalho conjunto a ser assinado pelos dois países que estabelece cronograma de reuniões, metas e cria instrumentos que poderão colaborar para o estreitamento dos laços entre os dois países. O plano de trabalho foi elaborado em conjunto com

diversos ministérios brasileiros e contou com a colaboração e sugestões do Conselho Empresarial Brasil-China. Inicialmente prevista para ser realizada em 2008, infelizmente a segunda reunião plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Coordenação (COSBAN) não foi realizada em novembro de 2009. Espera-se que a reunião aconteça ainda no primeiro trimestre de 2010, uma vez que representa importante oportunidade para negociação de abertura de mercados, formação de parcerias e convênios.

Também em 2009, o Brasil começou a perceber a China como importante fonte de financiamento, principalmente em momento em que a crise de liquidez afetou as bolsas de Nova Iorque e Londres. O financiamento de US\$10 bilhões concedido pelo Banco de Desenvolvimento da China para Petrobrás investir em projetos do Pré-Sal, abriu caminho para outras empresas brasileiras. O Grupo Oi (Telemar Norte Leste), recebeu empréstimo de US\$ 300 milhões para aquisição de equipamentos da empresa chinesa Huawei. O Banco de Desenvolvimento da China (CDB, na sigla em inglês) declarou em maio, durante a visita do presidente Lula à China, que irá oficializar sua missão permanente no Brasil e abrirá escritório de representação no Rio de Janeiro. O CDB, além de financiar algumas empresas brasileiras na aquisição de tecnologia chinesa, terá como foco principal fomentar e financiar investimentos chineses em setores estratégicos. Em meados de 2009, o Banco da China abriu sua representação em São Paulo com foco na facilitação e financiamento de transações comerciais sino-brasileiras. O capital inicial do Banco é de US\$ 100 milhões.

O volume de investimento direto Chinês no Brasil, ainda pequeno até novembro de 2009, já apresentava crescimento relevante, principalmente se concretizada a operação de aquisições de novas ações da empresa MMX, do grupo EBX, pela Wuhan Iron and Steel (Wisco), que poderá receber 21,5% do capital social da empresa pelo valor de US\$ 400 bilhões. Na mesma ocasião, a Wisco assinou com a EBX, holding do grupo, acordo de cooperação para avaliar a formação de uma *joint venture* para construção de uma siderúrgica no Porto do Açu, litoral do Rio de Janeiro. Não restam dúvidas que estamos ingressando em nova fase de relacionamento com a China e que esta será marcada por aumento no volume de investimentos. ■

Relacionamento bilateral I

Obama faz sua primeira visita à China e dá mais um passo para estreitar o relacionamento bilateral

Desde o início da administração de Barack Obama, os Estados Unidos têm tentado dar continuidade à aproximação com a China aprofundada durante o governo de George W. Bush. Em menos de um ano de governo, a Secretária de Estado Hillary Clinton já foi duas vezes à China e ambos os países deram continuidade às reuniões do Diálogo Econômico e Estratégico e da Comissão Conjunta de Comércio e Negócios China – EUA, além do constante trabalho conjunto das agências que estabelecem consultas periódicas para coordenação de políticas. Apesar dos indicativos de melhoria, ainda permanecem assuntos nos quais os governos discordam como assuntos relacionados aos direitos humanos no país asiático, política cambial chinesa, protecionismo norte-americano, entre outros. Todavia, intensificação da relação entre China e Estados Unidos já aponta para princípio de uma nova fase no relacionamento entre dois dos mais importantes países no cenário internacional, caracterizada por uma mudança da postura norte-americana e pela inclusão de vasta gama de assuntos na pauta de discussão. A visita do presidente Barack Obama no início de novembro à China, primeira vez que um presidente norte-americano visita o país asiático ainda em seu primeiro ano de mandato, foi mais uma etapa de continuidade no processo de aproximação.

A visita de três dias à China foi a etapa mais aguardada e de maior destaque na viagem

Leia mais

Carta da China 49
Carta da China 51

presidente norte-americano à Ásia. Após as reuniões, Barack Obama e Hu Jintao reafirmaram que pretendem cooperar e/ou aprofundar relacionamento em diversas áreas, incluindo novos temas que não faziam parte das discussões anteriores. Apesar de grande expectativa gerada antes da viagem em torno de possível acordo entre os dois maiores poluidores mundiais – tema que o próprio Obama havia destacado como importante em sua visita à China – nenhum pronunciamento conjunto ou acordo oficial foi realizado em relação a metas de redução de emissão de gases durante a visita. Os países não deixaram, porém, de reforçar a cooperação ambiental e anunciaram criação de centro de pesquisa na área de energias renováveis, projetos para desenvolvimento de carros elétricos e para melhoria na eficiência energética de domicílios, entre outros. Vale ressaltar que após a visita de Obama e sua participação na APEC – que suscitou sérias suspeitas de fracasso da reunião de Copenhague –, Estados Unidos e, logo em seguida, China anunciaram compromissos audaciosos de redução de emissão de gases poluentes. Isto pode significar que algum tipo de acordo informal foi negociado entre os dois presidentes durante a passagem de Obama por Pequim.

Outro tema de grande expectativa na visita de Barack Obama foi recente intensificação das tensões comerciais entre os países. Nos meses anteriores à viagem à China, os Estados Unidos anunciaram estabelecimento de tarifas *antidumping* de 35% sobre pneus de automóveis e de 99% sobre tubos de aço chineses, medidas que desagradaram ao governo chinês. Durante a visita, o presidente Hu Jintao ressaltou que China e Estados Unidos devem trabalhar para minimizar embates comerciais, mas que para tal é preciso se opor e rejeitar qualquer forma de protecionismo. Em 2009, pressão norte-americana sobre política cambial chinesa foi ainda maior em razão do advento da crise financeira, desvalorização do dólar e congelamento da taxa de câmbio do renminbi. Enquanto a maioria das moedas valorizou em relação ao dólar, o renminbi permaneceu atrelado à moeda norte-americana e teve seu valor significativamente reduzido frente às demais, facilitando ainda mais a comercialização de produtos chineses. Apesar deste aumento da pressão norte-americana, Pequim sinalizou que deverá manter sua política cambial, visto que exportações chinesas continuam apresentando retração em termos anuais. Entretanto, a China reconheceu a necessidade de voltar a apreciar sua moeda no longo prazo.

Outros temas delicados como censura e direitos humanos também fizeram parte da agenda. Reforçando a evolução das relações amistosas entre os dois países, pela primeira vez, a China permitiu que um presidente norte-americano participasse de evento em contato direto com o público. Barack Obama se reuniu com estudantes em auditório em Xangai para falar sobre Internet e liberdade de expressão. O presidente se declarou grande defensor da liberdade nos meios de comunicação, porém, reconheceu diferenças culturais entre os países. Esta permissão por parte de Pequim – ainda que tenha ocorrido sob enorme controle – pode ser percebida como tentativa do governo chinês de demonstrar aos Estados Unidos avanços em relação à redução na censura no país. O tom menos impositivo de Obama e ausência de críticas diretas a tais políticas chinesas, por sua vez, também foram algo inédito e podem indicar que os Estados Unidos não mais se colocarão em posição de superioridade em relação à China.

Esta nova postura norte-americana, mais cautelosa ao lidar com assuntos sensíveis também pôde ser observada ao tratar sobre o Tibet e direitos humanos. Obama reconheceu a política de unidade territorial defendida pelo governo chinês, ressaltando, no entanto, necessidade do diálogo entre Pequim e o Dalai Lama para que a paz seja levada à região. Apesar de ter defendido aproximação entre as partes, o presidente se recusou a receber o líder tibetano semanas antes de ir pra China para evitar tensões com o governo chinês, sinalizando postura mais conciliadora. A coletiva de imprensa também refletiu mudança da dinâmica entre os dois países. Diferentemente do que ocorreu em visitas anteriores de presidentes norte-americanos, o comunicado conjunto dado pelos Hu Jintao e Obama após as reuniões foi feito nos moldes chineses, não sendo aberto a perguntas no final.

Pela primeira vez os Estados Unidos adotaram postura de igualdade perante à China. A Secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton, por exemplo, destacou que os Estados Unidos passaram a tratar a China como importante parceiro em um mundo multipolar, considerando-a como país de igual importância e aprofundando cooperação produtiva em determinadas áreas. Durante a administração Bush, os norte-americanos

Leia mais

Carta da China 50

inicialmente classificaram a China como “competidor estratégico”, ressaltando possíveis ameaças do país asiático à segurança nacional norte-americana. Mesmo com a posterior melhora no relacionamento e com o estabelecimento do Diálogo Econômico Estratégico, o governo Bush conduzia discussões em posição de superioridade. Todavia, com advento da crise financeira, os Estados Unidos ficaram fragilizados economicamente, o que aumentou interdependência entre eles. Ademais, o governo norte-americano necessita cada vez mais de atores relevantes no cenário internacional como a China para restabelecer a economia mundial e responder a desafios como Afeganistão, Coreia do Norte e Irã. O reconhecimento da importância chinesa no cenário internacional veio, contudo, acompanhado pelo aumento da pressão dos Estados Unidos para que a China assuma maior responsabilidade em assuntos como os programas nucleares da Coreia do Norte e do Irã.

O discurso conciliador de Barack Obama, característico não só em sua visita à China como também de sua política externa, foi criticado por analistas políticos e pela mídia internacional que acreditam que a mudança de postura demonstrou sinal de fraqueza perante os chineses. Entretanto, alguns especialistas acreditam que Obama apostou que a melhor forma de estreitar laços com a China seria adotar postura menos agressiva e mais cooperativa. Como destacado por Obama, “o relacionamento entre Estados Unidos e China nunca foi tão importante para futuro da coletividade”. Ambos os países possuem interesses legítimos no relacionamento bilateral e, apesar de ainda existirem pontos de discordância, esforços para estreitamento de laços e maior compreensão das diferenças tem sido apresentados.

Desdobramentos e continuidade da mudança da postura norte-americana, assim como os resultados concretos da nova fase do relacionamento entre os dois países, só poderão ser observados no longo prazo. ■

Relacionamento bilateral II

Parceiros se beneficiam cada vez mais do mecanismo de Diálogo Estratégico com a China

A China criou o mecanismo de Diálogo Estratégico a fim de estabelecer fórum no qual fosse possível manter contato constante com seus principais parceiros e, dessa forma, estreitar laços com os mesmos. O Diálogo Estratégico tem sido importante instrumento para resolver impasses no relacionamento bilateral, fomentar comércio e fluxo de investimentos, além de concertar políticas internacionais como, por exemplo, questões relacionadas ao meio ambiente. Atualmente a China estabeleceu o mecanismo com os seguintes países: Estados Unidos, Japão, África do Sul, México, Austrália, Alemanha, França e Brasil, entre outros. O Diálogo foi implementado pela primeira vez em 2005 e já é possível observar resultados significativamente positivos desde então - como acordos bilaterais e redução de barreiras comerciais - para parceiros que reconheceram sua importância, sobretudo, Estados Unidos e União Européia.

O Diálogo Estratégico é um mecanismo intensivo e constante para se discutir problemas comuns entre a China e seus parceiros, para negociação de questões comerciais, como redução de barreiras, para inserção de temas na agenda bilateral e aprofundamento das relações diplomáticas. Países que mais se beneficiaram deste instrumento creditam seu sucesso à manutenção de contato constante e direto entre os governos, assim como duas visitas ao ano entre os respectivos presidentes. O país que mais tem auferido benefícios do Diálogo foi sem dúvidas os Estados Unidos, que vê no mecanismo um dos principais meios de solucionar tensões e melhorar o relacionamento com a China. Os norte-americanos realizam visitas frequentes ao país asiático a fim de não somente discutir temas em pauta, como também para demonstrar aos chineses a relevância do país para seu governo. Em decorrência de tamanho esforço, significativos resultados foram alcançados como abertura do mercado chinês para as companhias norte-americanas de aviação comercial, adoção de projetos nacionais de controle de emissão de dióxido sulfúrico pelo governo chinês em dezembro de 2007, entre outros.

Leia mais

[Carta da China 42](#)

A França, por sua vez, também reconheceu a importância do Diálogo Estratégico como instrumento de aproximação com a China e, durante encontro realizado em abril de 2009, afirmou que o utilizará com constância assim como fazem os Estados Unidos. Naquela ocasião, os Ministros das Relações Exteriores de França e China reiteraram princípio de não

intervenção em assuntos internos e concordaram em aumentar cooperação em assuntos políticos e relacionados ao comércio bilateral. Outro parceiro europeu, a Alemanha, também se utiliza do Diálogo como meio de estreitar laços com o governo chinês desde maio de 2006, em encontro entre Hu Jintao e Angela Merkel. Um dos melhores exemplos dos benefícios de se manter contato constante com oficiais de alto nível em Pequim foram os acordos assinados entre os países em fevereiro de 2009, que totalizaram US\$ 10 bilhões. Na ocasião foi nomeada uma delegação chinesa para assuntos de investimento e comércio, que foi a Berlim assinar série de contratos e acordos de cooperação com empresas alemãs. Mais de cem empresas chinesas de setores como máquinas, eletrônicos, automóveis, telecomunicações, transporte marítimo, têxteis, remédios veterinários, manufaturados de celulose, entre outros, participaram da missão. A maioria dos contratos concentrou-se em compras de equipamentos de alta tecnologia do país europeu, além de série de acordos relacionados à cooperação tecnológica e investimentos mútuos na mesma área. Entre os contratos mais relevantes, destacaram-se os firmados com a Nokia-Siemens Communications Technology e a Voith Paper Machinery.

Outro país que entendeu as oportunidades atreladas ao título de “parceiro estratégico” foi o México, que designou o presidente Felipe Calderón para liderar encontros do Diálogo. Durante a primeira reunião realizada em agosto de 2009, os países apresentaram estratégias de desenvolvimento para futuro do relacionamento bilateral, além de assuntos da agenda internacional comuns a ambos. Após estabelecimento do mecanismo diversos encontros foram realizados, além de firmados acordos como o de Promoção e Proteção de Investimentos de maio de 2009. O Diálogo Estratégico foi estabelecido recentemente também com a África do Sul, em abril de 2008, liderado pelo vice-ministro de Relações Exteriores chinês Zhang Yesuj e sua contraparte sul-africana, Aziz Pahad. Ambas as partes consideraram o mecanismo como sendo crucial para estreitar laços políticos entre os países, bem como aumentar fluxo de comércio e de investimentos. Vale ressaltar que a China tem aumentado sua presença na África a cada ano, uma vez que o continente é fonte essencial de fornecimento de recursos naturais estratégicos para seu crescimento, além de mercado consumidor para determinados produtos chineses.

Apesar de histórico de tensões no relacionamento com o Japão, este compreendeu importância da China para sua economia e também estabeleceu Diálogo Estratégico, que teve em 2009 sua décima reunião. Ambos consideraram o relacionamento bilateral como crucial para desenvolvimento da região e mais recentemente para suavizar efeitos da crise sobre países asiáticos. A aproximação entre China e Japão tem se traduzido em diversos acordos de cooperação, assim como em negócios firmados entre empresas e governos dos dois países, estes realizados com cada vez mais frequência. A Austrália, outro importante parceiro comercial chinês, também estabeleceu mecanismo de Diálogo Estratégico com a China e tem nos últimos anos se beneficiado consideravelmente desta parceria com o país asiático tanto no âmbito comercial como na recepção de investimentos. Em 2008, total investido pela China atingiu US\$ 6,8 bilhões, aumento de 26,7% em relação ao ano anterior e em 2009, mais uma vez, houve, enorme presença de investimentos chineses na Austrália, tendo sido somente no primeiro trimestre de cerca de US\$ 17,5 bilhões, participação de 70% em fusões e aquisições na Austrália.

Leia mais

Carta da China 50

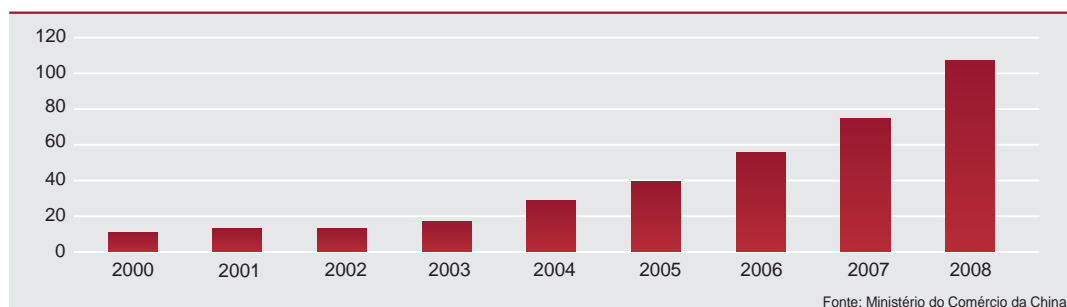
O notável esforço realizado por países com os quais a China mantém mecanismo de Diálogo Estratégico fortalecem a idéia de que o país asiático já é um dos principais atores do cenário econômico mundial atualmente e que, em razão disto, os demais estão buscando redefinir suas políticas de forma a inserir a China entre suas prioridades. Esta idéia se torna ainda mais evidente quando observamos países como Estados Unidos – maior potência econômica no mundo – despenderem tantos esforços para se aproximar do governo chinês, como designar apenas membros de alto nível do governo norte-americano para representar o país nas reuniões do Diálogo e se certificar de que os encontros ocorram com considerável frequência. Outro exemplo nota-se no Japão, que superou histórico de desavenças, hostilidades e conflitos com a China e tem buscado firmar cada vez mais parcerias com o vizinho. Tóquio compreendeu a importância econômica e política de estar próximo à China e tem feito disto uma das prioridades do governo de Yukio Hatoyama. Deve-se ressaltar que tais países auferem benefícios consideráveis da aproximação com a China não somente por meio das reuniões do Diálogo, mas também em encontros periódicos entre ministros e oficiais de nível hierárquico mais baixo. ■

África

China aprofunda relações com países africanos durante IV Conferência Ministerial da FOCAC

A criação do Fórum de Cooperação Sino-Africano (FOCAC, na sigla em inglês), em 2000, foi tida como marco no relacionamento entre o país asiático e o continente africano. Desde sua criação o comércio bilateral aumentou em mais de dez vezes, passando de US\$ 10,6 bilhões em 2000 para US\$ 107 bilhões em 2008. Investimentos chineses no continente, por sua vez, multiplicaram-se, ressaltando a importância de mecanismos constantes de diálogo bilateral para construção de relacionamento positivo com Pequim. A IV Conferência Ministerial do Fórum, realizada em El Sheikh, no Egito, em novembro de 2009, reafirmou o interesse mútuo em aprofundar relacionamento, não sem atrair críticas de grupos da comunidade internacional acerca das consequências políticas e sócio-econômicas da crescente presença chinesa no continente.

Fluxo de Comércio bilateral sino-africano – US\$ bilhões



Durante a reunião, a China ofereceu mais US\$ 10 bilhões em empréstimos com condições favoráveis aos países do continente entre 2010 e 2012, o que representa significativo incremento frente a promessas anteriores – em 2006, durante a III Conferência Ministerial da FOCAC, o presidente Hu Jintao prometeu US\$ 5 bilhões para o período 2007-2009. Além do compromisso relativo a empréstimos, Pequim anunciou que deverá triplicar para US\$ 3 bilhões o Fundo de Desenvolvimento Sino-Africano, responsável por investir em empresas chinesas com negócios na África, e a apoiar estabelecimento de linha de crédito de US\$ 1 bilhão, por bancos chineses, para financiar pequenas e médias empresas africanas. Durante a visita do primeiro-ministro Wen Jiabao a outros países do continente, a China anunciou também empréstimo de US\$ 349 milhões à Etiópia, para construção de uma rodovia, e provável criação de uma estrada ligando a capital ugandense de Kampala ao aeroporto internacional do país.

[Leia mais](#)

[Carta da China 22](#)

[Leia mais](#)

[Carta da China 33](#)

Os anúncios feitos durante a reunião Ministerial, no entanto, são apenas uma fração dos negócios realizados pela China no continente africano nos últimos anos. O principal interesse em sua aproximação com as nações africanas é garantir fornecimento estável de petróleo – cerca de um terço das importações totais da *commodity* pela China é proveniente do continente. O maior volume de comércio é realizado com países como Angola, Sudão e Nigéria, essencialmente exportadores de petróleo. Contudo, as petrolíferas chinesas ainda encontram dificuldade em concorrer com as grandes indústrias ocidentais do setor na exploração e refino de petróleo, levando-as a favorecer investimentos em países com menor visibilidade e maiores riscos políticos associados, como Guiné Equatorial, Gabão e República do Congo.

Ainda que o setor energético esteja no centro da política externa chinesa para o continente africano, nos últimos anos a presença da China diversificou-se em setores como infraestrutura, construção civil, telecomunicações e mineração. Esta expansão das atividades de empresas chinesas tem sua origem em duas tendências distintas, porém complementares. Por um lado, o governo chinês garante contratos de fornecimento de *commodities* com os países africanos oferecendo em troca investimentos em setores como infraestrutura, saúde e desenvolvimento de tecnologia – na prática, complementando ou mesmo substituindo os governos locais em atividades que seriam de sua alçada. As diversas linhas de financiamento para projetos no continente, que invariavelmente possuem como condição contratação de empresas chinesas para fornecimento de equipamentos e para implementação dos projetos, podem ser compreendidas neste sentido. Por outro lado, no entanto, é latente a crescente penetração de empresas privadas

chinesas nos mercados africanos, sobretudo no setor de telecomunicações. A Huawei, terceira maior fornecedora de equipamentos para rede de telefonia do mundo, é hoje a maior provedora de produtos CDMA do continente; a ZTE, outra gigante chinesa no setor de telecomunicações, possui representantes em quase 50 países africanos e é a maior fornecedora de equipamentos de telecomunicações da China na África. Embora o bom relacionamento dos governos africanos com Pequim sem dúvida facilite a entrada de empresas privadas nos mercados domésticos, em diversos setores a competitividade dos produtos e serviços chineses é fator determinante para expansão da presença do país asiático no continente.

A crescente aproximação entre a China e nações do continente africano, entretanto, continua atraindo críticas por partes de grupos de direitos humanos, governos do ocidente e parte da sociedade civil africana. De um lado, alguns argumentam que investimentos chineses no continente visam apenas a extrair recursos necessários ao crescimento do país asiático, sem promover o desenvolvimento local – as exigências de contratação de empresas chinesas para realização de projetos financiados pelo país e utilização de mão-de-obra e insumos provenientes da China estão no cerne destas críticas. Ademais, aproximação de Pequim com governos como de Robert Mugabe, do Zimbábue, e Omar Al-Bashir, do Sudão – tendo este último sido condenado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) por crimes contra a humanidade cometidos na região sudanesa de Darfur - atrai severas críticas de que a ajuda fornecida pelo governo chinês serviria de apoio e legitimação a governos repressivos. Embora Pequim venha flexibilizando suas posições nos foros internacionais quando se discutem graves violações de direitos humanos em países considerados aliados, tendo inclusive fornecido tropas à missão de paz da ONU em Darfur, o primeiro-ministro chinês Wen Jiabao deixou claro no Egito que a ajuda chinesa ao continente “nunca virá ligada a condições políticas”.

Leia mais

Carta da China 19

As críticas à política externa chinesa para a África, no entanto, não são compartilhadas por muitos dos líderes africanos. Paul Kagame, presidente de Ruanda reconhecido pela reconstrução do país após o genocídio de 1994, afirmou em recente artigo no jornal inglês *The Guardian* a importância dos investimentos chineses para o continente. Segundo Kagame, ainda que os projetos de ajuda financeira do mundo ocidental sejam importantes para as nações africanas, mais importantes são investimentos diretos que “oferecem técnicas e empregos, encorajam empreendedorismo e provêm oportunidade para que milhões melhorem suas vidas”. Neste sentido, afirma Kagame, investimentos chineses são amplamente positivos para o continente africano e, ao contrário do que afirmam os críticos, “sua presença não exime governos africanos de suas responsabilidades”.

Por fim, a IV Conferência Ministerial da FOCAC ressaltou a importância de mecanismos de diálogo contínuos na construção de um relacionamento bilateral frutífero e que atenda aos interesses de ambas as partes. Durante a reunião Ministerial foram anunciados os resultados do Plano de Ação de Pequim, adotado durante a III Conferência Ministerial, em 2006, e divulgados os objetivos do Plano de Ação de El Sheikh, para o período de 2010-2012. A FOCAC prevê que, além das Conferências Ministeriais trienais, haja encontros de oficiais de alto nível a cada dois anos. Além disso, após a primeira Conferência Ministerial, em 2000, Pequim criou o Comitê de Acompanhamento da FOCAC, órgão responsável por supervisionar implementação de metas dos Planos de Ação e que conta com participação de 27 agências do governo chinês, incluindo Ministério de Relações Exteriores, Ministério da Agricultura, Ministério das Finanças e Banco do Povo da China. Alguns países africanos seguiram o exemplo chinês e criaram órgãos análogos para acompanhar a evolução das metas.

A crescente presença chinesa na África não resulta apenas da necessidade de Pequim de garantir fontes seguras de fornecimento de *commodities*, mas reflete também a emergência de empresas chinesas como *players* globais em seus setores. Tais interesses da China no continente africano indicam que Pequim deve aprofundar canais de diálogo político e econômico com a África, tanto no âmbito bilateral quanto em iniciativas multilaterais como a FOCAC. A fim de atenuar críticas à sua política externa para a região e rechaçar acusações de “neocolonialismo”, contudo, pode ser do interesse da própria China dar mais transparência a suas iniciativas para o continente e trabalhar em conjunto com outras organizações na promoção do desenvolvimento do mesmo. ■

O artigo "The big savers: households and governments" é um dos quatro textos publicados na edição da *China Economic Quarterly* que debate as causas da alta taxa de poupança da economia chinesa. Na próxima edição da Carta da China, publicaremos outro texto da mesma série, apresentando perspectiva diferente sobre a questão.

Saving debate – I

The big savers: households and government

by Calla Wiemer¹

China's national saving rate reached a stratospheric 51.4% of GDP in 2008. This rate of saving is more than twice the overall world rate and finds few historic parallels among other economies. Such extremely high saving has enabled China's unusually high rate of investment, and drove a trade surplus that peaked at 8.8% of GDP in 2007 before falling back to 7.9% in 2008.

The unwinding of global payments imbalances depends on China decreasing its saving share in national income, or conversely increasing its consumption share. Opinions differ on how this goal should be achieved. These differences arise in part from different explanations of why China's saving rate is so high. One is that a severe exchange-rate undervaluation has suppressed demand for imports and consumption more generally. Proponents of this theory advocate exchange-rate appreciation as a major tool for economic rebalancing. A second theory is that the lack of a social safety net forces households to save heavily to finance future health-care and pension needs. This implies that government should focus on expanding social welfare spending. A third explanation is that burgeoning saving by enterprises is the main culprit. The solution in this case is to create a more efficient financial system and eliminate distortions that inflate profits (including an undervalued exchange rate) in order to shift enterprise income to the household sector where it will to a large extent be consumed.² None of these theories is entirely satisfactory.

A convincing account of China's extreme saving behavior must explain not only the high current level of saving but also the rapid run-up of the saving rate since 2000 and the decline that preceded it. The household saving rate has followed precisely the same pattern as the aggregate, with government saving adding to the upward momentum in recent years. I argue that the movement in household saving can be largely explained by changing demographics and fluctuations in income growth. The added boost from government reflects an unduly tight fiscal policy since 2004. Imminent demographic shifts and a slowdown in GDP growth mean the saving rate will soon start to decline of its own accord, although consumption-friendly policy reforms – and especially greater fiscal spending on social services – are still a good idea.

Who's behind the saving increase?

A story of Chinese saving that emphasizes households and government is at odds with the dominant paradigm which features enterprises and the exchange rate. Over the last decade, so the story goes, China's enterprises have commanded an ever larger share of the economic pie and hoarded it away. Chinese enterprises – especially big state-owned ones – do not face pressure from capital markets to distribute profits to shareholders who could then decide to consume or save dividend income. Instead they use retained earnings to finance internal investment for the sake of building up corporate empires. Moreover, profits are padded in the state sector by barriers to entry and other distortions that keep the cost of capital and raw materials artificially low. An under-valued renminbi is alleged to further channel resources to firms at the expense of consumption-oriented households.

¹ Calla Wiemer is a visiting scholar at the Center for Chinese Studies of the University of California, Los Angeles.

² For the role of financial repression and an undervalued exchange rate in boosting the current account surplus, see Nicholas R. Lardy, *Financial Repression in China*, Peterson Institute for International Economics policy brief (September 2008). For the household precautionary saving argument, see Marcos Chamon and Eswar Prasad, *Why are Saving Rates of Urban Households in China Rising? IMF working paper* (June 2008). For a recent discussion of the role of corporate saving, see Jonathan Anderson, "The Myth of Chinese Savings," *Far Eastern Economic Review* (November 2009).

The latest flow of funds data from the national accounts – which provide the most comprehensive basis for analyzing saving behavior – do not support this enterprise-centric theory.³ These data show that enterprise saving – ie retained profits – as a share of national disposable income (NDI) behaved erratically through the 2000s and showed no trend increase from 2001 to 2007, the period in which China's total saving rate rose most precipitously. An implausible 5.4 percentage point (pp) jump in the enterprise saving share in 2004 was entirely reversed over the course of the next two years and may be the result of a statistical break rather than a true representation of enterprise saving behavior. (The accompanying charts express saving as a percentage of NDI, which is GDP plus net income and transfers from abroad.)

A notable increase in enterprise saving did take place earlier on, in the late 1990s. This was a period of downsizing in the state sector involving massive worker lay-offs and the privatization of small and medium-sized enterprises. This restructuring boosted profits and increased the enterprise saving share in NDI by 4.4 pp between 1997 and 2001.

During the same period, however, the household saving share fell by 4.8 pp, to a low of 16.8% of NDI in 2001. Over the next six years household saving made a strong comeback, rising 5.0 pp to a new peak of 21.8% of NDI in 2007. This increase in the household saving share in NDI occurred even as the household income share declined, as shown in Figure 2. This meant that household saving as a percentage of household disposable income surged, from 27.0% in 2001 to an unprecedented 37.9% in 2007 (see Figures 1 and 2).

A revisão da política para o setor automobilístico, lançada em 2004 pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla em inglês), objetivou encorajar as três estatais a desenvolver suas próprias marcas e se tornarem verdadeiras líderes no mercado chinês. Cinco anos após ser lançada, tal política ainda precisa apresentar resultados. Completo fracasso da política industrial chinesa para setor automobilístico contrasta com o sucesso "Korea Inc.", projeto sul-coreano de construir indústria automobilística há três décadas. Até o início dos anos 1970 a Coreia do Sul possuía setor automobilístico similar ao chinês atual, repleto de *joint-ventures* dominadas pelos parceiros estrangeiros. Seul lançou em 1972 nova política com objetivo de criar líderes coreanos no mercado de automóveis e, para tanto, fechou *joint-ventures*, consolidou todas as empresas pequenas, transformando-as em três grandes fabricantes – Hyundai, Kia e Daewoo – e oferecendo-lhes crédito a juros baixos e incentivos à exportação. Em cinco anos a Hyundai passou a exportar seu modelo Pony e nos anos 1990 tanto esta como a Kia já eram marcas conhecidas em mercados internacionais. É possível que na década de 2020 algumas marcas chinesas de automóveis alcancem sucesso similar ao das sul-coreanas, contudo, se isto ocorrer será apesar – e não em razão de – estratégia de Pequim para o setor automobilístico. A experiência ruim da compra da empresa sul-coreana SsangYong pela SAIC ilustra bem o porquê de tal afirmação.

Figure 1
Saving shares in national disposable income

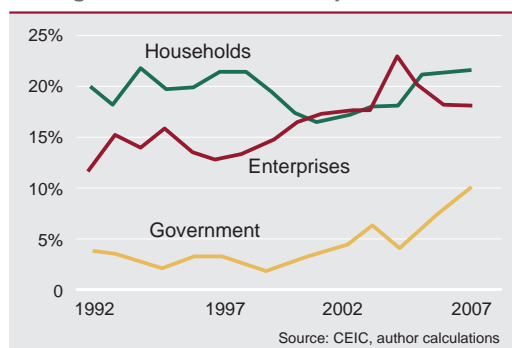
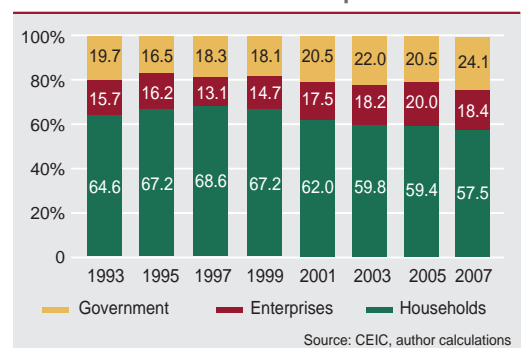


Figure 2
Income shares in national disposable income



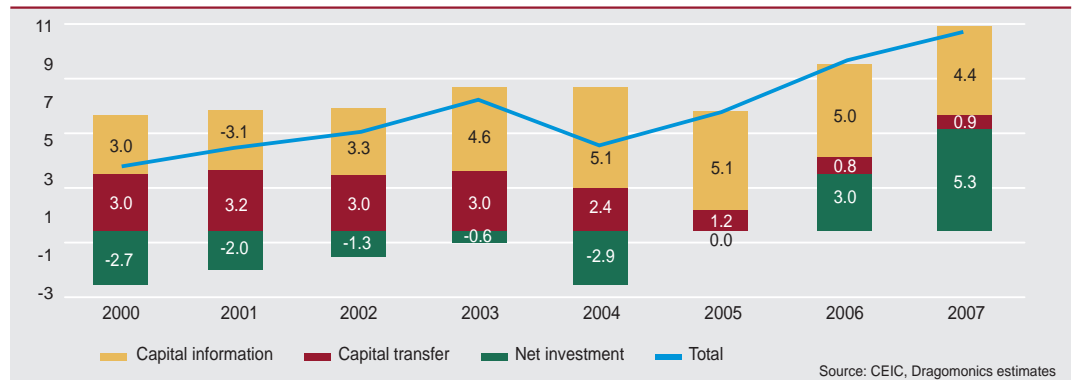
Government avarice...

The decline in household income share was met not by enterprises but by government, which recorded an increase from 18.9% to 24.1% of NDI between 2004 and 2007. The striking increase in government income share was accompanied by an even larger increase in government saving share, which went from 4.5% to 10.6% of NDI over the three-year period. This rise in government saving is worth examining in detail.

³ The National Bureau of Statistics recently revised China's flow of funds data retrospectively to 1992 in order to provide continuity through the change in national income accounting procedures that resulted in a 17% upward adjustment to GDP in 2004.

Figure 3 gives the breakdown of government saving, which consists of three components: direct capital formation, capital transfers to enterprises, and the fiscal balance. Capital transfers to enterprises have diminished appreciably over time, their share in NDI falling from 3.2% in 2001 to just 0.9% in 2007. This was to some extent offset by a rising, if variable, role for direct capital formation.

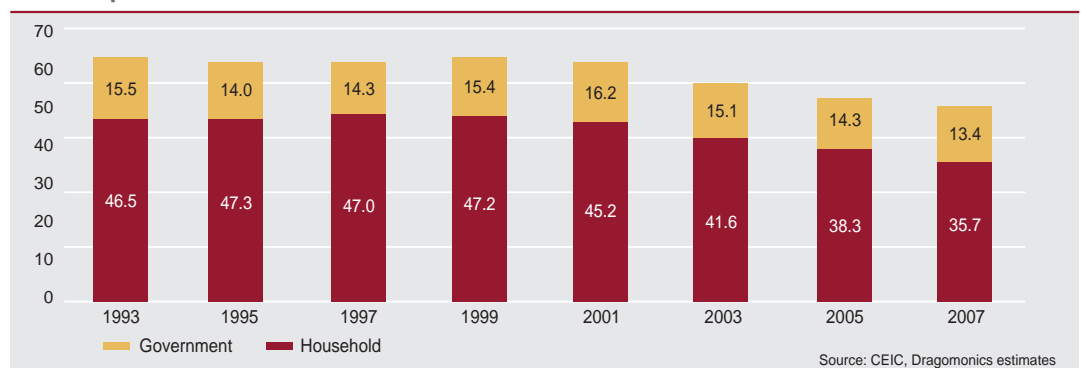
Figure 3
Composition of government saving, % of NDI



The real swing toward saving on the government account, however, materialized through the fiscal balance. After a continuous stretch of deficits (implying public dissaving) dating back to 1992, the government fiscal position reached balance in 2005, then shot up to a surplus of 5.3% of NDI in 2007 for an increase of 8.2 pp in just three years! This fiscal surfeit, which was channeled into bank deposits and debt retirement, was a consequence of tremendous revenue growth. (The government surplus captured in the flow of funds is much larger than that tallied in the official accounts, which amounted to 0.6% of NDI in 2007, because the flow of funds encompasses broader government revenue and spending activity.)

In principle, this vast increase in government revenue could have been applied to a major expansion in social welfare programs rather than saving. Instead, as Figure 4 shows, government consumption spending declined from around 16% of NDI in 2000-01 to just 13.4% in 2007. The extreme parsimony of government is one of the major causes of the big increase in the national saving rate during the 2000s.

Figure 4
Consumption shares in NDL %

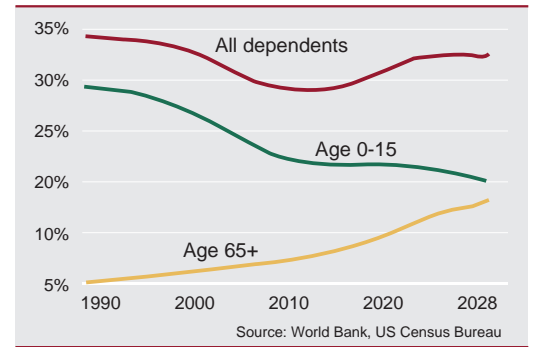


...household penury

The other is the extreme frugality of households. The household contribution to national saving depends on both the saving rate relative to household income and the income share of households in national income. Since the mid-1990s, the household share in national income has continuously declined. In the late 1990s, households saved progressively less of this income, with the result that the household contribution to national saving fell. But beginning in 2001, households became ever thriftier, pushing the saving rate relative to household income up by more than 10 pp in just seven years. The result was that despite the decline in the household share of income, the household saving share in NDI rose resolutely.

How to explain this movement of a first declining and then surging household saving rate? The pattern accords well with the “life cycle” hypothesis of saving behavior. This hypothesis postulates that while consumption is spread over a lifetime, earning of income is concentrated in the working ages. Thus as the ratio of young and elderly in the population – the dependency ratio – falls and a smaller share of the population is consuming without earning an income, the saving rate should rise.

Figure 5
Young and old dependent shares os population



As shown in Figure 5, the dependency ratio was stable through most of the 1990s. The number of young dependents in the population during that time declined only slightly with the rise in elderly dependents offsetting this decline. But an inflection point was hit around the turn of the decade once the first “one-child” generation began to reach child-bearing age. This slimmed-down generation of parents produced a small cohort of children, and a rapid decline in the dependency ratio followed through the 2000s. Consistent with the life cycle hypothesis, the steepened drop in the dependency ratio coincided with a sharp rise in the national saving rate. But an inflection point was hit around the turn of the decade once the first “one-child” generation began to reach child-bearing age. This slimmed-down generation of parents produced a small cohort of children, and a rapid decline in the dependency ratio followed through the 2000s. Consistent with the life cycle hypothesis, the steepened drop in the dependency ratio coincided with a sharp rise in the national saving rate.

A second prediction of the life cycle hypothesis is that the saving rate will rise when income growth is unusually fast, and fall when it is unusually slow. The idea is that high income growth redounds to those in their working ages who will save more than those now in retirement did when they were working. A related theory of “habit formation” holds that people define their living standards based on certain norms and expectations and are slow to change their ways. When unanticipated income gains suddenly occur, people tend to save most of the “extra” income rather than spending it right away. Conversely, when their income falls, people tend to maintain their former standard of living even if that means running down savings.

A careful examination of the data suggests that the slowdown in Chinese income growth in the late 1990s was far more severe than official figures indicate, thanks to the combined effects of the Asian financial crisis and the restructuring of state-owned enterprises which resulted in wide-spread job losses and wage cuts. Similarly, the surge in income growth that started in 2001 was even more pronounced than official figures reveal.⁴ Both the life cycle hypothesis and the notion of habit formation predict that this pattern of, first sharp slowdown and then strong resurgence of income growth would generate first a decline in household saving, and then a rise. And this is exactly what seems to have happened.

Saving is headed down

The evidence therefore suggests that demographics and income growth have exerted a strong influence on the household saving rate. These factors give reason to expect that the household saving rate has just about peaked and will soon head back down. The dependency ratio is bottoming and about to begin an inexorable rise as the number of elderly dependents grows more rapidly. At the same time, there is strong reason to believe that the economic shocks of the past year have caused income growth to slow significantly, and it is most unlikely to return to the super-charged state of 2001-07. Both shifting demographics and slower income growth, then, portend a decline in the household saving rate.

A variety of domestic policy measures could further help to push the saving rate down. These include expansion of social welfare programs, restructuring of the financial system to improve capital allocation, rectification of distortions that divert profits to a capital-intensive state sector, and redistribution of income and wealth to the less privileged. In every case, these policies can be justified on grounds of increasing economic efficiency and/or improving social equity, and there is thus good reason to move forward with

⁴ A full exposition of these claims is presented in Calla Wiemer, “The Saving Story behind China’s Trade Imbalance,” http://www.spp.nus.edu.sg/wp/wp08_08.pdf.

them. They are policies that would be worth pursuing whether the saving rate was 25% or 50%. Their consequences for the saving rate and global imbalances are in some sense a by-product.

What of the exchange rate? Under a managed exchange rate regime like China's, exchange rate policy is focused on achieving macroeconomic stability. Renminbi appreciation may well narrow China's external imbalance and, correspondingly, its internal imbalance perhaps by reducing retained earnings in the tradable goods sector. But were this to be achieved at the expense of restraining growth to below its potential, the cost would not be worth incurring.

Because demographic factors aided by domestic policies are likely to push the saving rate down over the next few years anyway, it is conceivable that with no renminbi appreciation at all the imbalance between saving and investment could fall back to around 2% of GDP, where it stood as recently as 2003. Hence trade could, in principle, rebalance at the existing exchange rate.

This is not to rule out a role for renminbi appreciation under the right circumstances. Under an exchange rate policy focused on achieving stable growth, currency appreciation is an appropriate instrument of macroeconomic management when an economy overheats and inflation begins to kick up. As noted above, fiscal policy was highly contractionary through 2007. Big increases in government revenue were being saved or plowed into debt reduction to the neglect of social welfare spending. For the sake of the long-run health and well-being of the Chinese people, government needs to spend much more on public consumption. The scale of the increase in government spending that is called for is enormous, and the resulting stimulative effect on the economy could thus be substantial.

This is where the exchange rate conceivably comes in. Currency appreciation could act as a countervailing force against a rising tide of fiscal spending, and help to preserve macroeconomic stability. How this is managed will, of course, require sensitivity and judgment. The key indicator is how fast the economy is growing relative to its potential. As of late 2009, a massive monetary stimulus has already been unleashed along with a fiscal stimulus of hard-to-discern magnitude. Yet given slack demand in the external sector, China's economy is in no danger of overheating and the time for renminbi appreciation is thus not upon us.

A story of China's high and rising saving rate that rests on households and government suggests that the seeds of a reversal will take root naturally in demographic trends and moderating economic growth. Domestic policies to augment this turnaround are already on the agenda and deserve to be ramped up on their own merits. ■

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país, ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nosso julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 07.12.2009. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados.



Third Revision of Patent Law in China

As China's economy continues to open and expand, disputes regarding patents infringement have increased. As a member of the World Trade Organization ("WTO"), China's patent law system is required to conform to the international standard set by the Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights ("TRIPs") Agreement under the WTO. Hence, the Standing Committee of the National People's Congress promulgated the third amendment to the Patent Law of the People's Republic of China ("PRC"), which took effect on October 1, 2009.

The revised Patent Law provides the following substantial changes to the Chinese patent system:

Difference Between “Novelty” and “Creativity” Invention

The revised version differentiates between the scope novelty invention and creativity invention. “Novelty” refers to an invention or utility model not attributable to any existing technology while “creativity” refers to an invention related to existing technologies. Creativity is an invention with prominent substantial features and represents any notable progress or a utility model with substantial features and represents any notable progress.

Protection of Genetic Resources

Article 5 prohibits the grant of patent right to any invention-creation that relies on the use of genetic resources, where the acquisition and use of the genetic resources violates relevant laws and administrative regulations. Article 26 provides a new paragraph 5, which requires patent applicants for any invention-creation accomplished through the use of genetic resources to explain the direct sources and original sources of such genetic resources in patent application documents.

Prohibition on Double Patenting

The revised version also indicated that a patent right can be granted only for any identical invention-creation. The revision clarifies that if an applicant applies for both a patent right for utility model and a patent right for invention-creation on the same date, the applicant may abandon the utility model patent if the term has not expired to obtain the invention patent.

Compulsory Licensing

The revised patent law established the fundamental legal principle for compulsory licensing in China.

- Defines time limit for commercial compulsory licensing. The revised version states that compulsory licensing shall be imposed on patent owner who has obtained the patent right over 3 years or has submitted patent application for over 4 years, but failed to exploit the patent adequately without any reasonable reason.
- Imposition of compulsory licensing to resolve antitrust violations. The revised patent law stipulates explicitly that compulsory licensing shall be imposed to remedy certain kind of monopolistic act. Compulsory license shall be granted to remove or reduce any adverse effect of such act on competition.
- Imposition of compulsory licensing for the purpose of public health and public interests. The administrative department can impose compulsory license for the patent which is used for the manufacture of medicines. Compulsory license will likewise be imposed for semi-conductor technology for use in “public interests”.

The State Intellectual Property Office (“SIPO”) also promulgated the Transitional Measures for the Implementation of Amended Patent Law (“Transitional Measures”) on September 29, 2009. The Transitional Measures provide in detail the connection between the Patent Law before and after the amended version.

In accordance with the provision of Article 2 in the Transitional Measures, unless otherwise specified, the original Patent Law shall apply to the patent applications which were filed prior to October 1, 2009 and were granted patent rights thereon. The provisions of the amended Patent Law shall apply to patent applications filed after October 1, 2009 and granted the patent rights thereon. ■

Para maiores informações sobre o conteúdo deste artigo, contactar Cecil Leong, Managing Director da Bryan Cave International Trade LLC no endereço cecil.leong@bryancavetrade.com.

Mineração

Wisco fecha acordo com MMX e diversifica fornecimento de minério para China

A MMX, empresa de mineração do Grupo EBX, divulgou fato relevante informando que celebrou com a Wuhan Iron and Steel (Group) Co. ("WISCO"), terceira maior siderúrgica chinesa, contrato de subscrição de ações. O contrato estabelece os termos e condições para a subscrição privada pela WISCO de novas ações ordinárias da MMX pelo valor total de US\$400 milhões, que resultará em participação acionária de 21,52% do capital social da MMX. No início das negociações Wisco pretendia adquirir apenas 9% da MMX Sudeste, no entanto, expandiu sua oferta visando ter acesso às plantas da mineradora brasileira no Chile – ainda que não estejam em fase de produção de minério, oferecem baixos custos de transporte para China via Oceano Pacífico. Para tanto, acionistas da MMX, incluindo Eike Batista e outros a ele relacionados, irão ceder à WISCO seus respectivos direitos de preferência com relação à emissão privada de ações acima mencionada. Os recursos obtidos pela MMX com o investimento da WISCO serão integralmente direcionados ao desenvolvimento do sistema MMX Sudeste. Caso a operação venha a ser aprovada pelas autoridades governamentais competentes, esse será o maior investimento realizado por empresa chinesa no Brasil.

Paralelamente, a EBX celebrou acordo de cooperação com a WISCO que prevê a possibilidade de formação de uma *joint venture* com a finalidade de construir e operar planta siderúrgica no Distrito Industrial do Super Porto do Açu, no litoral do Rio de Janeiro. Caso o projeto venha a ser concretizado, a nova siderúrgica deverá ter capacidade produtiva inicial de, no mínimo, 5 milhões de toneladas de aço por ano e 70% de seu capital social deverá ser detido pela empresa chinesa, enquanto a EBX possuirá os 30% restantes. Ambas as partes estão buscando financiamento para o empreendimento junto ao Banco de Desenvolvimento da China e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Por fim, a MMX Sudeste Mineração S.A. e a WISCO concluíram a negociação dos termos do contrato de compra e venda de minério de ferro, que prevê o fornecimento pela MMX Sudeste à WISCO de no mínimo 50% do minério de ferro a ser produzido na Unidade de Serra Azul. O contrato ainda prevê a possibilidade de aumentar o fornecimento em no mínimo 50% do minério de ferro a ser produzido na Unidade de Bom Sucesso, o que poderá resultar na exportação para a siderúrgica chinesa de no mínimo 16 (dezesesseis) milhões de toneladas de minério de ferro por ano pelo sistema MMX Sudeste, quando for atingida sua capacidade total de produção. O contrato tem prazo de vigência de 20 (vinte) anos contados a partir de 1º de abril de 2010.

No início de novembro a Wisco já havia assinado acordo de fornecimento com empresa de outro país latino-americano, a Venezuela. A Corporación Venezolana de Guayana (CVG), única mineradora do país, fornecerá no longo prazo minério de ferro com preço negociado diretamente com a empresa chinesa. O movimento da Wisco objetiva diversificar o fornecimento de minério para China. Ao longo de 2009, o governo chinês e as três grandes empresas produtoras de minério de ferro tentaram sem sucesso estabelecer o preço da matéria prima. Ao diversificar seus fornecedores, a China está tentando aumentar seu poder de negociação de preço com as três maiores mineradoras do mundo, Vale, Rio Tinto e BHP.

União Europeia

Cúpula China-União Europeia é marcada por tensão e críticas à política cambial do país asiático

A 12ª Cúpula entre China e União Europeia realizada em dezembro de 2009 em Nanquim, na China, foi antecedida por clima tenso envolvendo críticas europeias à desvalorizada moeda chinesa. O presidente da Comissão Europeia (órgão executivo do bloco), José Manuel Durão Barroso pressionou a China para que haja apreciação "gradual e ordenada" com objetivo de equilibrar suas trocas comerciais. O primeiro-ministro da China, Wen Jiabao, considerou as críticas injustas, argumentando que manutenção da taxa de câmbio foi fundamental para recuperação da economia do país frente à crise internacional e que tal pedido possuía cunho protecionista. Deve-se ressaltar que umas das razões que

originaram esta pressão é decorrente do enorme déficit comercial do bloco europeu com a China, que cada vez mais é aprofundado em função da política cambial do país asiático.

Apesar de tais tensões, tanto a China como a União Europeia se comprometeram a trabalhar em conjunto para solucionar tal impasse e não permitir que este crie mais barreiras protecionistas. Ao final do encontro as partes concordaram estimular cooperação em alta tecnologia e em experiências de energias limpas e abrir mais os dois mercados.

Comércio exterior

Fim da restrição às importações de carne de porco dos Estados Unidos, México e Canadá pela China

A Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da China (AQSIQ, na sigla em inglês) anunciou, em dezembro de 2009, o fim das restrições à importação de carne suína proveniente dos Estados Unidos, México e Canadá. O país asiático havia banido importações destes países no início de 2009 em função da epidemia de gripe suína, mas já se comprometera a colocar fim ao impedimento durante encontro da Comissão Conjunta de Comércio e Negócios China – Estados Unidos, realizada em Hangzhou, em outubro do mesmo ano.

[Leia mais](#)

[Carta da China 51](#)

[Leia mais](#)

[Carta da China 45](#)

[Leia mais](#)

[Carta da China 43](#)

Após importações recordes de US\$ 490 milhões nos dez primeiros meses de 2008, a China reduziu significativamente compras de carne de porco em 2009 em função do aumento do rebanho de porcos do país – resultado da combinação de extensão de subsídios à criação pelo governo chinês e aumento de lucros da indústria. Apesar disto, a China ainda é o maior mercado consumidor de carne suína do mundo e o acelerado processo de urbanização em andamento indica enorme potencial para exportadores do setor. O Brasil ainda encontra-se na fase inicial do processo de negociação com Pequim para abertura deste mercado.

Setor energético I

CNOOC adquire participação em exploração de poços de petróleo nos Estados Unidos

A China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) adquiriu participação em quatro licitações de exploração de petróleo em águas profundas, operadas pela norueguesa Statoil, na região do Golfo do México, nos Estados Unidos. A estatal chinesa adquiriu 20% dos ativos da Statoil em uma licitação e 10% nas demais, sem, no entanto, divulgar valor das operações. Embora o investimento ainda necessite de aprovação pelas autoridades norte-americanas, o fato de a prática de dividir custos e riscos na fase inicial de exploração de poços ser corriqueira no setor e o presumido baixo valor das operações indicam que o negócio não deve ser vetado.

[Leia mais](#)

[Carta da China 10](#)

[Leia mais](#)

[Carta da China 48](#)

Apesar de o custo ser estimado modesto, o investimento é significativo por ser essa a primeira aquisição de ativos no setor petrolífero dos Estados Unidos por estatal chinesa. Em 2005, tentativa da CNOOC de adquirir a norte-americana Unocal por US\$ 18,5 bilhões foi recebida com hostilidade no país e acabou frustrada por pressões políticas. A fim de evitar reações como esta, empresas chinesas têm buscado alternativas à aquisições de grande porte em sua busca por acesso a recursos naturais fundamentais ao crescimento do país em longo prazo. Estratégia de adquirir participação minoritária e operar em conjunto com empresas já estabelecidas no país pode permitir à CNOOC ampliar presença no setor energético norte-americano, sem exacerbar sentimentos anti-China.

Energia limpa I

China consolida presença no mercado de energia limpa norte-americano com diversos investimentos

Entidades chinesas anunciaram, em novembro de 2009, diversos investimentos no setor de energia alternativa dos Estados Unidos, ressaltando a liderança da China no desenvolvimento de tecnologia do setor. A chinesa Suntech, líder mundial na produção de painéis de energia solar, divulgou plano inédito de instalar planta para fabricação de painéis solares nos Estados Unidos, em Arizona, com previsão para início de produção ainda em 2010. A empresa objetiva reduzir custos de transporte para o mercado norte-americano,



Leia mais

Carta da China 50

ampliando sua competitividade a fim de aumentar seu atual *market share* de 13% para 20%. O China Investment Corporation (CIC), fundo soberano da China, por sua vez, ampliou aquisições de ativos relacionados à produção de energia e adquiriu US\$ 1,58 bilhão em ações da AES, gigante norte-americana do setor de energia. Ademais, foi assinada carta de intenções para investimento de US\$ 571 milhões pelo CIC na unidade de energia eólica da AES, que daria ao fundo soberano participação de 35% no negócio.

O anúncio mais controverso foi a criação de *joint-venture* entre as norte-americanas Cielo Wind Power e US Renewable Energy Group (US-REG) e a chinesa Shenyang Power Group (SPG), para construção de parque de energia eólica de US\$ 1,5 bilhão no Texas. A divulgação de que as turbinas eólicas seriam fornecidas pela chinesa A-Power Energy Systems, baseada na China, gerou forte reação de políticos norte-americanos, que condenaram utilização de verbas do pacote de estímulo do governo Obama para importar turbinas da China – o projeto será majoritariamente financiado por bancos chineses, mas deverá receber também verbas do governo norte-americano. A reação negativa levou a A-Power a anunciar, semanas depois, projeto de instalação de fábrica de turbinas nos EUA, em conjunto com US-REG.

Energia limpa II

CIC adquire participação de 20% em empresa de energia solar

O China Investment Corporation (CIC) anunciou investimento de US\$ 710 milhões na CGL-Poly Energy, empresa de energia solar baseada em Hong Kong, que dará ao fundo soberano chinês participação de 20% no negócio. Ademais, CIC e CGL acordaram constituir uma *joint-venture* para desenvolvimento de células fotovoltaicas, com capital inicial de US\$ 500 milhões e que terá a CGL como sócia majoritária, com 51% de participação.

A China já é a principal exportadora de componentes da indústria de energia solar e sua indústria de turbinas eólicas figura entre as maiores do mundo. Recente estudo do *think-tank* norte-americano *Breakthrough Institute* estima que o país asiático investirá entre US\$ 440 e US\$ 660 bilhões em tecnologia de energia limpa ao longo da próxima década, fazendo do país um dos líderes do setor.

Setor energético II

CNPC estabelece consórcio para exploração do maior campo de petróleo do Iraque

A China National Petroleum Corporation (CNPC) em conjunto com a British Petroleum (BP) e o governo iraquiano firmaram, no início de novembro, acordo para exploração por um prazo de 20 anos do maior campo de petróleo do Iraque. É a primeira vez desde a nacionalização do setor petrolífero em 1972 que o país, que possui a terceira maior reserva de petróleo do mundo, abre licitação de exploração para empresas estrangeiras. No entanto, CNPC e BP acabaram vencendo a disputa porque as demais empresas desistiram de competir alegando que os termos de pagamento oferecidos pelo governo iraquiano eram insuficientes. A CNPC e a BP argumentaram que mesmo que as condições estabelecidas pelo Iraque não estejam de acordo com o esperado, a exploração do campo continua sendo lucrativa. Participação da CNPC no consórcio estabelecido corresponde a 37%, enquanto a BP possui 38% e o governo iraquiano 25%. O consórcio pretende investir US\$ 15 bilhões no campo de Rumaila com objetivo de otimizar sua produção, acrescentando 1,85 milhões de barris à produção diária em um prazo de seis anos. Em agosto de 2008, a empresa chinesa teve contrato de exploração do campo de Adhab, estabelecido durante o governo de Saddam Hussein, renovado pelo governo iraquiano. Com assinatura do acordo no início de novembro a CNPC se tornou a empresa estrangeira com maior presença no setor petrolífero do Iraque.

Leia mais

Carta da China 40

Defesa comercial

Parceiros questionam políticas domésticas da China e aceleram medidas de defesa comercial

Diversas medidas de defesa comercial tomadas contra a China em novembro de 2009 ressaltaram a escalada de protecionismo internacional e colocaram em evidência a insatisfação dos parceiros comerciais chineses com efeitos de suas políticas domésticas

sobre o comércio internacional. México, Estados Unidos e União Européia iniciariam processo de consulta na Organização Mundial do Comércio (OMC) questionando restrições chinesas à exportação de matérias primas como bauxita, magnésio, manganês e zinco, importantes insumos das indústrias metalúrgica e química. Os reclamantes alegam que práticas de preço mínimo, tarifas e quotas de exportação prejudicam suas indústrias domésticas e vão de encontro aos compromissos da China na OMC, enquanto Pequim alega que tais medidas visam à proteção ambiental e à utilização eficiente de recursos. Na Austrália, produtos extrudados de alumínio provenientes da China passaram a enfrentar tarifa *antidumping* provisória de 16%, enquanto nos Estados Unidos tubos de alumínio, que já haviam sido taxados por *dumping*, passaram a sofrer, em caráter provisório, medidas compensatórias de até 15%.

Leia mais

Carta da China 50

Estudo divulgado pela Câmara de Comércio da União Européia na China indica que medidas de defesa comercial devem agravar-se em 2010, uma vez que investimentos em certas indústrias chinesas, facilitados pela política de crédito abundante determinada por Pequim, gerem supercapacidade e deprimam preços de exportação. Neste sentido, autoridades chinesas têm ressaltado necessidade de limitar expansão de indústrias como cimento e aço. Ademais, desvalorização do renminbi frente a quase todas as demais moedas a partir de março de 2009 – resultado da combinação da política de atrelar a moeda chinesa ao dólar norte-americano e da forte desvalorização deste último – tem sido alvo de duras críticas dos parceiros comerciais da China e deve exacerbar medidas de proteção. Apesar da pressão para que Pequim permita flutuação do renminbi frente ao dólar, a manutenção de resultados negativos das exportações chinesas e a necessidade de consolidar recuperação da economia indicam que a valorização do renminbi será um processo gradual e não deve iniciar-se antes de meados de 2010.

Aviação

GE forma *joint-venture* com chinesa AVIC apostando no futuro do mercado de aviação da China

A General Eletric (GE), maior fabricante de motores de aeronaves do mundo, anunciou criação de *joint-venture* com a estatal chinesa China Aviation Industry Corporation (AVIC) para desenvolvimento de sistemas eletrônicos de aeronaves, em novembro de 2009. A nova companhia, que será sediada na China, deve entrar em operação em meados de 2010 e terá como objetivo inicial tornar-se a principal fornecedora de sistemas eletrônicos do jato C919, avião de grande porte em desenvolvimento pela Commercial Aircraft Corporation of China (COMAC). O anúncio ressalta confiança da GE no sucesso do C919, que está previsto para entrar no mercado em 2016 e tornar-se concorrente do B737 da norte-americana Boeing e do A320 da europeia Airbus – a GE ressaltou que irá compartilhar com a *joint-venture* sua tecnologia de ponta, a fim de tornar o C919 competitivo no mercado internacional.

Em longo prazo, a *joint-venture* pretende tornar-se a principal fornecedora de sistemas eletrônicos para a próxima geração de grandes aeronaves da Boeing e Airbus, prevista para meados da década de 2020, além de consolidar-se no dinâmico mercado doméstico chinês. Segundo previsões da Airbus, o mercado de aviação da China deve crescer a taxas anuais de 7,9% ao longo das próximas duas décadas, fazendo do país o segundo mercado em ritmo de crescimento, atrás apenas da Índia.

Automotivo

SAIC passa a controlar *joint-venture* com a GM na China e estabelece presença na Índia

A General Motors (GM) vendeu 1% de suas ações, por US\$ 85 milhões, em sua principal *joint-venture* na China, a Shanghai GM, perdendo controle para sua parceira, a Shanghai Automotive Industry Corp (SAIC). O simbolismo da quebra do modelo chinês de parcerias igualitárias na indústria automobilística tem peso, todavia a mudança na realidade é menos significativa. A empresa chinesa passa a ter o direito de controlar o orçamento e o planejamento futuro da Shanghai GM, além de consolidar os resultados da *joint-venture* em seu balanço financeiro – na prática, no entanto, as decisões administrativas já eram tomadas em conjunto de maneira flexível. Os maiores benefícios para empresa chinesa poderão ser observados quando o governo da China iniciar a consolidação de seu fragmentado setor automobilístico. SAIC, até alguns anos atrás, era uma das empresas

chinesas do setor menos competitivas. Todavia, o controle de sua parceria com a GM ajuda a fortalecer a empresa no mercado da China, aumentando as chances de a mesma beneficiar-se com a consolidação do setor.

Em contrapartida à venda das ações, as duas empresas assinaram acordo, estimado em US\$ 650 milhões, para formar nova *joint-venture* na Índia. Analistas apontam que as dificuldades financeiras da GM fizeram com que a empresa norte-americana abrisse mão do controle da *joint-venture* na China para que pudesse capitalizar seu empreendimento na Índia. A GM domina menos de 4% do mercado do país e tinha planos de investir na filial indiana, objetivando aumentar para 10% sua participação. Embora a crise e as dificuldades financeiras da empresa matriz houvessem adiado tal investimento em agosto de 2009, o estabelecimento da nova parceria com a SAIC permitiu que os planos da GM fossem reativados. As empresas pretendem começar suas operações fabricando e vendendo veículos de baixo custo, mais especificamente as minivans produzidas por outra *joint-venture* da GM com a SAIC, a Wuling Motors. Ambas as empresas visam à oportunidade de se estabelecer no mercado indiano e asiático, que possuem grande potencial de crescimento.

Setor energético III

China amplia acordo de fornecimento de LNG com Qatar

Em sua busca por suprimentos estáveis de combustíveis e de acordo com objetivo de diminuir participação de fontes poluentes em sua matriz energética, a China ampliou contrato de fornecimento de gás natural liquefeito (LNG, na sigla em inglês) com o Qatar, em novembro de 2009. A Qatargas, uma das duas estatais produtoras de gás liquefeito do país, anunciou que passará a fornecer 10 milhões de toneladas de LNG por ano à China, dobrando o volume atual de 5 milhões de toneladas, acordado em 2008. A estatal ampliou de 3 milhões para 5 milhões de toneladas por ano o fornecimento para a PetroChina, enquanto a China National Offshore Oil Company (CNOOC) receberá 3 milhões de toneladas de gás adicionais, elevando para 5 milhões de toneladas o total fornecido à empresa. Em outubro de 2009, a China recebeu o primeiro carregamento de LNG proveniente do Qatar.

[Leia mais](#)

[Carta da China 37](#)

[Leia mais](#)

[Carta da China 51](#)

[Leia mais](#)

[Carta da China 50](#)

[Carta da China 46](#)

Atualmente, gás natural responde por apenas 3% da matriz energética chinesa, embora recentes negócios realizados pelo país indiquem que sua importância deve ampliar-se. Nos últimos meses, a China acelerou obras de dutos que transportarão gás natural da Ásia Central para o litoral do país, concluiu acordo bilionário de fornecimento de gás com a ExxonMobil, na Austrália, e está negociando contrato de fornecimento com a Rússia. O departamento de energia norte-americano estima que a participação de gás natural na matriz energética da China possa triplicar até 2030 em função da transição para uma matriz mais eficiente e menos poluente.

Militar

Crescente cooperação militar de alta tecnologia entre China e Paquistão ameaça equilíbrio regional

A China anunciou em novembro de 2009, após três anos de negociações, acordo preliminar para venda de 36 jatos Jian-10 para o Paquistão - J-10 é a mais moderna aeronave de combate chinesa, sendo o primeiro jato fabricado na China de tecnologia altamente avançada. Avaliadas em aproximadamente US\$ 1,4 bilhão, as aeronaves devem equipar dois esquadrões da força aérea paquistanesa. Paquistão e China também lançaram, no mesmo mês, a aeronave JF-17, construída pelo governo paquistanês com tecnologia chinesa – o governo chinês sempre foi importante fornecedor de equipamentos militares para o Paquistão, no entanto transferência de tecnologia avançada não é comum entre os dois países. Analistas apontam que a venda das aeronaves para o Paquistão revela avanço da indústria militar chinesa e acreditam que o vizinho tenha sido escolhido para teste e propagação de poderio militar chinês.

A crescente aproximação militar entre China e Paquistão não agradou ao governo indiano. Dias após o lançamento da aeronave construída em conjunto pelos dois países, o ministro da defesa da Índia, A.K. Antony, declarou que tal aproximação desperta grande preocupação no governo indiano. A Índia possui um histórico de rivalidade e disputa territorial com a China e o Paquistão e teme que a união entre os dois possa desestabilizar o equilíbrio de poder regional.

[Leia mais](#)

[Carta da China 27](#)

Meio ambiente

China anuncia meta de redução da intensidade das emissões de CO2 para Copenhagen

O Conselho de Estado da China anunciou em 26 de novembro de 2009, semanas antes da Conferência climática de Copenhagen, meta de redução de 40-45% da intensidade das emissões de gás carbônico na atmosfera até 2020, com base nos números registrados em 2005. Na reunião de cúpula para mudanças climáticas das Nações Unidas, o presidente Hu Jintao já havia declarado intenção de promover “redução significativa” da emissão de gás carbônico proporcional ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Mostrando comprometimento do país asiático com a reunião responsável pela confecção do acordo climático que substituirá o protocolo de Kyoto, o governo chinês anunciou também a ida do primeiro-ministro Wen Jiabao a Copenhagen. Pronunciamento da China ocorreu um dia após o governo norte-americano se comprometer com corte de 17% no nível de emissões registradas em 2005 e de confirmar a presença do presidente Barack Obama em Copenhagen. Apesar de divergências ainda existirem, o anúncio dos maiores poluidores globais renova as esperanças em relação aos resultados da reunião. No início de novembro, em comunicado após reunião da APEC, China e Estados Unidos haviam revelado a improbabilidade da concretização de um novo tratado climático em Copenhagen.

Leia mais

Carta da China 51

Mercado financeiro

Haitong Securities adquire corretora de Hong Kong em operação inédita

A Haitong Securities, segunda maior corretora de ativos mobiliários da China, anunciou em novembro de 2009 a compra de 53% da Taifook Securities de Hong Kong. O negócio, avaliado em US\$ 235 milhões, é a primeira aquisição de uma corretora no exterior por empresa chinesa – a Haitong afirmou que pretende utilizar-se da presença em Hong Kong para expandir suas atividades internacionais. Ademais, a corretora chinesa busca posicionar-se no mercado da região para atender ao possível influxo de investidores chineses caso Pequim aprove plano, anteriormente adiado, de permitir que investidores domésticos adquiram ações na Bolsa de Hong Kong.

Investimento

Após 19 anos de negociações China aprova instalação de parque da Disney no país

Após quase duas décadas de negociações, a Walt Disney Company conseguiu, em 23 de novembro de 2009, aprovação da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla em inglês) para instalação do parque temático do grupo no distrito de Pudong em Xangai. O empreendimento deverá ser feito em conjunto com um consórcio de empresas chinesas apontadas pelo governo chinês. Detalhes da parceria e da construção devem agora ser negociados entre a Walt Disney Company e as autoridades locais. Estima-se que somente a construção do parque, sem infraestrutura hoteleira, custará US\$ 3,5 bilhões, fazendo do projeto um dos maiores investimentos estrangeiros já realizados na China.

A longa resistência do governo chinês em aprovar a vinda do parque para a China continental – a Disney já possui instalações em Hong Kong - estava em grande parte relacionada ao desejo de impedir a disseminação da cultura norte-americana no país. Aprovação demonstra que o partido comunista não se sente mais tão ameaçado com a presença da cultura ocidental no país asiático. Todavia, a Walt Disney Company, uma das maiores empresas de mídia do mundo, terá dificuldades em divulgar sua imagem na China. Com objetivo de proteger a cultura chinesa, o governo controla a programação dos canais de televisão e restringe os filmes estrangeiros que têm a permissão de entrar no país.



Carta da China

A Carta da China é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A Carta da China é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Rodrigo Tavares Maciel
Vivian Alt
Estagiários: Lara Azevedo e Thiago Scot

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br

Projeto gráfico

Presto Design